



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1359

Ao

Departamento de Compras e Licitação

Santa Maria do Oeste/PR. 03 de abril de 2025

Assunto: Aditivo de Contrato de Prazo e Quantidade

Ref. Contrato Nº 25/2024

Venho pelo presente solicitar a este departamento, a possibilidade de Aditivo de 25% de itens e prazo referente ao contrato de nº 25/2024, com a empresa MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI LTDA, inscrita no C.N.P.J. Nº 34.143.074/0001-07, com sede na Rod. PR 456, km22, zona rural, Município de Santa Maria do Oeste/PR.

A necessidade de aditivação de quantitativo e de prazo justifica-se pela necessidade de não paralização das atividades de conserto e manutenção de pontes nas estradas rurais para segurança no transporte escolar, escoamento da produção e tráfego em geral.

Sendo assim, solicito aditivo de prazo compreendendo o período de 12/04/2025 a 11/10/2025 e de quantitativo em 25% dos itens, a seguir:

- PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20 CM X 5 CM.

JORGE MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Habitação e Obras



Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua José de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000

Telefone: (42) 998410496 E.mail: pmsantamaria.adm@gmail.com



Ao

Departamento de Compras e Licitação

Santa Maria do Oeste/PR. 03 de abril de 2025


Assunto: Aditivo de Contrato

Ref. Contrato Nº 26/2024

Venho pelo presente solicitar a este departamento, a possibilidade de Aditivo de prazo por igual período, referente ao contrato de nº 26/2024, com a empresa L. F. ALMEIDA SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, inscrita no C.N.P.J. Nº 41.707.891/0001-99, com sede na Rua Verci Grande, s/n, Centro, Município de Santa Maria do Oeste/PR.

A presente solicitação se faz, em face da necessidade de existência de prazo para a vigência do contrato. A necessidade dos materiais é permanente, uma vez que se utiliza para a manutenção de pontes em estradas rurais do município, buscando continuidade, uma vez que são de extrema importância.

Sendo assim, solicitamos o aditivo de prazo compreendendo o período de 12/04/2025 a 11/10/2025, evitando um novo procedimento licitatório o qual envolve custos e prazos que atrasaria as manutenções previstas.


JORGE MARTINS DOS SANTOS
Secretário Municipal DE HABITAÇÃO E OBRAS



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Para: Setor de Licitação

Recebo o requerimento da Secretaria Municipal de Habitação e Obras, referente ao Pedido de Aditivo de 25% do quantitativo e vigência do Contrato n.º 025/2024 e Prazo de Vigência do Contrato n.º 026/2024.

Assim o presente deverá tramitar:

- 1) À indicação de recursos de ordem orçamentária pela Divisão de Contabilidade;
- 2) Assessoria Jurídica para a elaboração de parecer.
- 3) Após retorne ao Gabinete para manifestação.

Santa Maria do Oeste-Pr, 11 de Abril de 2025.

Atenciosamente

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal



PARECER JURÍDICO

“O parecer facultativo é um ato opinativo que não vincula a Administração Pública ou os seus administrados, podendo esses segui-lo para melhor fundamentar suas decisões ou ignorá-lo, pois, não estão vinculados a conclusão exarada pelo parecerista”.

Trata o presente parecer da análise jurídica, quanto a **SOLICITAÇÃO E REQUERIMENTO**, apresentado pela Secretária Municipal de Habitação e Obras, Sr. Jorge M. dos Santos, em data de 03 de Abril de 2025, fls. 146, posteriormente as suas **RAZÕES** apresentadas, referente ao Processo Licitatório nº **007/2024**, Pregão Eletrônico nº **003/2024** e Contrato Administrativo nº **025/2024**, pelas referidas Empresas, em fase de procedimento para a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRANCHAS E VIGAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES NAS DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE-PR.”**

Tal solicitação protocolada pela Secretaria, em data de 03 de Abril de 2025, conforme justificativas exaradas, e é realizada, considerando e buscando a prestação de serviços públicos, onde o desencadeamento de um novo procedimento somente dificultaria a continuidade dos serviços, e sendo que a empresa supracitada já tem contrato de contratação com a administração, e como em sua justificativa que possui saldo remanescente ainda. Tal solicitação foi deferida pelo Chefe do Executivo, em data de 11 de Abril de 2025.

É o breve relatório passa-se a análise e ao Parecer:

Compulsando os autos e sopesando a matéria desenhada, entende-se esta Assessoria Jurídica pelo conhecimento e provimento da presente Solicitação.




O art. 3º da Lei de Licitações preleciona que tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital e no Contrato.

De acordo com nossa doutrina Pátria, aqui representada por Hely Lopes Meirelles, todo contrato administrativo é passível de prorrogação, senão vejamos; ***“Toda e qualquer modalidade de contrato administrativo comporta prorrogação, atendidos os requisitos que acabamos de enunciar, a previsão de recursos orçamentários e as exigências peculiares de cada ajuste, expressos em suas cláusulas ou contidos no regulamento do serviço.”*** (MEIRELLES, Hely Lopes, Dir. Administrativo. Editora Malheiros. São Paulo 2002. Pág. 227.)

A teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevisos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputáveis, refletindo sobre a economia ou a execução do contrato, autorizam a sua revisão para ajustá-lo às circunstâncias supervenientes. É a aplicação da velha cláusula *rebus sic stantibus* aos contratos administrativos, a exemplo do que ocorre nos ajustes privados, a fim de que sua execução se realize sem a ruína do contratado, na superveniência de fatos não cogitados pelas partes, criando ônus excessivo para uma delas com vantagem desmedida para a outra.

Por sua vez o art. 125, da Lei 14.133/2021, assim dispõe:”
Art. 125.- Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cincoenta por cento).





CNPJ: 95.684.544/0001-26

UA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

Ficará aditivado conforme a **Cláusula 9ª (Nona)**, dos Contratos nº **025/2024**, sendo prorrogado por 06 (Seis) meses, vigorando assim, ambos até a data de 11 de Outubro de 2025, ainda, ficará aditivado o quantitativo no **ITEM 01- Prancha de Eucalipto 4,5 metros X 20 X 5 cm, que perfaz o quantitativo de 250 unidades, em 25%, totalizando o valor de R\$ 7.850,00,00 (sete mil e oitocentos e cinquenta reais).**, alterando as quantidades do item contratado.

Portanto, considerando a identificação dos serviços objeto do presente contrato, que enquadra-se como de natureza contínua, e sua permanência vem de encontro à necessidade pública a ser satisfeita, plenamente justificado esta o presente aditivo, com base legal no art. 125, da lei 14.133/2021.

Assim, no desempenho da função de assessoramento deste órgão jurídico, cumpre-nos alertar à autoridade Administrativa sobre a importância da devida motivação de seus atos, na medida em que recairá sobre esta a responsabilidade acerca da oportunidade e conveniência na escolha do objeto e do seu planejamento quantitativo.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, restrita aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade jurídica do **1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 025/2024**, com a Empresa **MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI LTDA.**, desde que observadas às recomendações delineadas no presente opinativo, com a publicação do extrato, no diário oficial do Município, visando o atendimento do princípio da publicidade, permitindo a todos o exercício democrático do controle e da fiscalização dos atos de gestão da *res pública*.



Salienta-se que o presente Parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe, a esta Assessoria, prestar assessoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativas.

À consideração superior.

S.M.J. É o Parecer.

Santa Maria do Oeste-Pr, 11 de Abril de 2025.

ÉDER JOSÉ SEBRENSKI
Assessor Jurídico



PARECER JURÍDICO

“O parecer facultativo é um ato opinativo que não vincula a Administração Pública ou os seus administrados, podendo esses segui-lo para melhor fundamentar suas decisões ou ignorá-lo, pois, não estão vinculados a conclusão exarada pelo parecerista”.

Trata o presente parecer da análise jurídica, quanto a **SOLICITAÇÃO E REQUERIMENTO**, apresentado pela Secretária Municipal de Habitação e Obras, Sr. Jorge M. dos Santos, em data de 03 de Abril de 2025, fls. 146, posteriormente as suas **RAZÕES** apresentadas, referente ao Processo Licitatório nº **007/2024**, Pregão Eletrônico nº **003/2024** e Contrato Administrativo nº **026/2024**, pelas referidas Empresas, em fase de procedimento para a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRANCHAS E VIGAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES NAS DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE-PR.”**

Tal solicitação protocolada pela Secretaria, em data de 03 de Abril de 2025, conforme justificativas exaradas, e é realizada, considerando e buscando a prestação de serviços públicos, onde o desencadeamento de um novo procedimento somente dificultaria a continuidade dos serviços, e sendo que a empresa supracitada já tem contrato de contratação com a administração, e como em sua justificativa que possui saldo remanescente ainda. Tal solicitação foi deferida pelo Chefe do Executivo, em data de 11 de Abril de 2025.

É o breve relatório passa-se a análise e ao Parecer:

Compulsando os autos e sopesando a matéria desenhada, entende-se esta Assessoria Jurídica pelo conhecimento e provimento da presente Solicitação.



CNPJ: 95.684.544/0001-26

UA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

O art. 3º da Lei de Licitações preleciona que tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital e no Contrato.

De acordo com nossa doutrina Pátria, aqui representada por Hely Lopes Meirelles, todo contrato administrativo é passível de prorrogação, senão vejamos; ***“Toda e qualquer modalidade de contrato administrativo comporta prorrogação, atendidos os requisitos que acabamos de enunciar, a previsão de recursos orçamentários e as exigências peculiares de cada ajuste, expressos em suas cláusulas ou contidos no regulamento do serviço.”*** (MEIRELLES, Hely Lopes, Dir. Administrativo. Editora Malheiros. São Paulo 2002. Pág. 227.)

A teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevisos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputáveis, refletindo sobre a economia ou a execução do contrato, autorizam a sua revisão para ajustá-lo às circunstâncias supervenientes. É a aplicação da velha cláusula *rebus sic stantibus* aos contratos administrativos, a exemplo do que ocorre nos ajustes privados, a fim de que sua execução se realize sem a ruína do contratado, na superveniência de fatos não cogitados pelas partes, criando ônus excessivo para uma delas com vantagem desmedida para a outra.

Por sua vez o art. 125, da Lei 14.133/2021, assim dispõe:”
Art. 125.- Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cincoenta por cento).

J



Ficará aditivado conforme a **Cláusula 9ª (Nona)**, dos Contratos nº **026/2024**, sendo prorrogado por 06 (Seis) meses, vigorando assim, ambos até a data de 11 de Outubro de 2025, **PERMANECENDO OS DEMAIS ITENS INALTERADOS**.

Portanto, considerando a identificação dos serviços objeto do presente contrato, que enquadra-se como de natureza contínua, e sua permanência vem de encontro à necessidade pública a ser satisfeita, plenamente justificado esta o presente aditivo, com base legal no art. 125, da lei 14.133/2021.

Assim, no desempenho da função de assessoramento deste órgão jurídico, cumpre-nos alertar à autoridade Administrativa sobre a importância da devida motivação de seus atos, na medida em que recairá sobre esta a responsabilidade acerca da oportunidade e conveniência na escolha do objeto e do seu planejamento quantitativo.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, restrita aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade jurídica do **1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 026/2024**, com a Empresa **L. F. ALMEIDA SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.**, desde que observadas às recomendações delineadas no presente opinativo, com a publicação do extrato, no diário oficial do Município, visando o atendimento do princípio da publicidade, permitindo a todos o exercício democrático do controle e da fiscalização dos atos de gestão da *res pública*.

Salienta-se que o presente Parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe, a esta Assessoria, prestar



assessoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativas.

À consideração superior.

S.M.J. É o Parecer.

Santa Maria do Oeste-Pr, 11 de Abril de 2025.


ÉDER JOSÉ SEBRENSKI
Assessor Jurídico



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

DESPACHO

Considerando as informações e pareceres contidos no presente procedimento **AUTORIZO** o Primeiro Termo Aditivo dos Contratos Administrativos, com base no Art. 125 da Lei 14.133/2021.

Encaminhe-se ao Departamento de Licitação e Contratos.

Santa Maria do Oeste-Pr, 11 de Abril de 2025.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

1º TERMO ADITIVO**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2024**

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 34.143.074/0001-07, situada na Rodovia PR 456, KM 22, Zona Rural, Município de Santa Maria do Oeste/PR, neste ato representada pela Sra. **Maria Edineia Almeida**, inscrita no CPF sob n.º 059.076.909-09 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 125, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR: De acordo com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 em seu Art. 125, fica aditivado o quantitativo do Contrato Administrativo n.º 025/2024 em 25%, no seguinte item: 1 – PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20 X 5 CM, que perfaz o quantitativo de 250 UND, totalizando o valor de R\$ 7.875,00 (Sete Mil Oitocentos e Setenta e Cinco Reais); Alterando as quantidades do item contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Clausula 9ª, fica prorrogado por 6 (seis) meses, vigorando assim até 11/10/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 12 de Abril de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 11 de Abril de 2025.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI
LTDA

Testemunhas

Odair José Ferreira de Lima
RG: 6.013.796-0
CPF: 857.956.159-00

Fernando Lopes
RG: 7.605.179-8
CPF: 033.183.689-03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE



LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 34.143.074/0001-07, situada na Rodovia PR 456, KM 22, Zona Rural, Município de Santa Maria do Oeste/PR, neste ato representada pela Sra. **Maria Edineia Almeida**, inscrita no CPF sob n.º 059.076.909-09 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 125, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR: De acordo com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 em seu Art. 125, fica aditivado o quantitativo do Contrato Administrativo n.º 025/2024 em 25%, no seguinte item: 1 – PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20 X 5 CM, que perfaz o quantitativo de 250 UND, totalizando o valor de R\$ 7.875,00 (Sete Mil Oitocentos e Setenta e Cinco Reais); Alterando as quantidades do item contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Clausula 9ª, fica prorrogado por 6 (seis) meses, vigorando assim até 11/10/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 12 de Abril de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 11 de Abril de 2025.

OSCAR DELGADO	
Prefeito Municipal	MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI LTDA

Testemunhas

Odair José Ferreira de Lima	Fernando Lopes
RG: 6.013.796-0	RG: 7.605.179-8
CPF: 857.956.159-00	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:543319F4

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 15/04/2025. Edição 3257

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

1º TERMO ADITIVO**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 026/2024**

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **L. F. ALMEIDA SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, inscrita no CNPJ n.º 41.707.981/0001-99, situada na Rua Verci Grande, s/n, Centro, Município de Santa Maria do Oeste/PR, neste ato representada pelo Sr. **Luiz Fernando Almeida**, inscrito no CPF sob nº 119.030.869-06 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 125, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Clausula Nona do Contrato Administrativo nº. 026/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Clausula 9ª, fica prorrogado por 6 (Seis) meses, vigorando assim até 11/10/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 12 de Abril de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 11 de Abril de 2025.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

L. F. ALMEIDA SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Testemunhas

Odair José Ferreira de Lima
RG: 6.013.796-0
CPF: 857.956.159-00

Fernando Lopes
RG: 7.605.179-8
CPF: 033.183.689-03

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO

1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 026/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **L. F. ALMEIDA SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, inscrita no CNPJ n.º 41.707.981/0001-99, situada na Rua Verci Grande, s/n, Centro, Município de Santa Maria do Oeste/PR, neste ato representada pelo Sr. **Luiz Fernando Almeida**, inscrito no CPF sob nº 119.030.869-06 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 125, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Clausula Nona do Contrato Administrativo nº. 026/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Clausula 9ª, fica prorrogado por 6 (Seis) meses, vigorando assim até 11/10/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 12 de Abril de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 11 de Abril de 2025.

OSCAR DELGADO	
Prefeito Municipal	L. F. ALMEIDA SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Testemunhas

Odair José Ferreira de Lima	Fernando Lopes
RG: 6.013.796-0	RG: 7.605.179-8
CPF: 857.956.159-00	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:7C35B3C9

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 15/04/2025. Edição 3257

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1359

205

A/C Departamento de compras e Licitação

Santa Maria do Oeste/PR. 15 de maio de 2025

Venho pelo presente solicitar a este departamento, o equilíbrio de preços conforme a solicitação da empresa e os orçamentos anexados, ao Processo Licitatório de nº25/2024 do Pregão Eletrônico de nº 03/2024, referente a empresa MADEREIRA ALMEIDA E GELESKI.

Certos de parecer Favoravel á liberação de tal demanda, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

JORGE MARTINS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Habitação e Obras

2025
SANTA MARIA DO OESTE/PR.

DECLARAÇÃO DE REAJUSTE DE PREÇO

MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI

ROD PR 456, KM 22. RESERVADO, SANTA MARIA DO OESTE – PR.

Prezado cliente

Comunicamos que, devido ao aumento dos custos de produção e distribuição, nossos preços serão reajustados a partir da data de 10 de Janeiro de 2025.

NOVOS PREÇOS

- PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20 X 5 CM
- PREÇO ANTERIOR: R\$ 31,50 O METRO
- NOVO PREÇO: R\$ 54,00 O METRO

Agradecemos a compreensão e a cooperação dos nossos clientes durante este período de transição. Se tiver alguma dúvida ou precisar de mais informações, por favor não hesite em entrar em contato conosco.



Atenciosamente,
Madeireira Almeida e Geleski.

MADEIREIRA PITTNER

Fones 42 3646-5280 / 99979-0193

Rod. BR 460

Parque Industrial

CEP 85.200-000

Pitanga

Paraná

ROMANEIO

Nº 522

TORAS ☐

SEMIADO ☐

BRUTO ☐

BENEFICIADO ☐

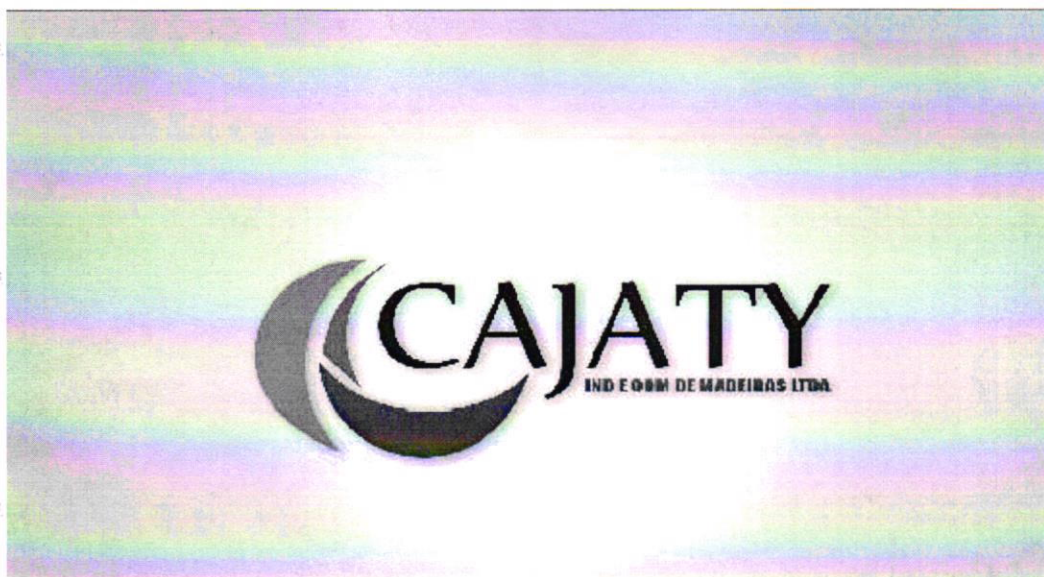
QUANT.	ESPÉCIE	COMP.	TOTAL M³	TOTAL R\$
1	PC	4.5	20X5	58.00
05.110.485/0001-90				
PITTNER & PITTNER LTDA.				
Rod. PR 460 - Km 79, s/n				
Parque Industrial				
CEP 85.200-000			PITANGA	PR. I
TOTAL GERAL M³ R\$				58.00



ORÇAMENTO - MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI
Rod PR 456 km 22, Santa Maria do Oeste PR

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	Preço unitario	VALOR TOTAL
1	PRANCHA EUCALIPTO 4,5 M 20X5	1	R\$ 54,00	R\$ 54,00
			TOTAL	R\$ 54,00

Madeireira Almeida e Geleski
CNPJ: 34.143.074/0001-07



ORÇAMENTO

CAJATY IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA EPP.

ROD. PRT 487 PR 239, S/N – ZONA RURAL.

MANOEL RIBAS – PR.

CEP: 85.260-000

CNPJ: 13.633.390/0001-89.

INSC. ESTADUAL: 9056114618.

TELEFONE: (43) 99914 -2229 Escritório.

EMAIL: cajatymadeiras@hotmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	Prancha de Eucalipto 20x5cm x4,5 mts	01	56,00	56,00

CAJATY IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA EPP.

13.633.390/0001-89



Município de Santa Maria do Oeste - 2025

Saldos da licitação

Pregão 000003/2024 - Eletrônico

Equilíbrio

Página:1

	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
Código: 111343 - 7 Nome: MADEIREIRA ALMEIDA & GELESKI LTDA CPF/CNPJ: 34.143.074/0001-07 Telefone: (42)84241988										
Lote: 001 Nome: Lote 001		1.250,00	39.375,00	0,00	975,00	0,00	275,00			8.662,50
Item: 001	31,50	1.250,00	39.375,00	0,00	975,00	0,00	275,00			8.662,50
Produto: 14412 PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20X5 CM Unidade de medida: M										
Contrato: Sequência: 2470 - Contrato: 25/2024 Vigência até: 11/10/2025										
275,00 8.662,50										
Total do fornecedor:			39.375,00							8.662,50
Código: 112141 - 3 Nome: L. F. ALMEIDA SANTOS MATERIAIS DE CPF/CNPJ: 41.707.981/0001-99 Telefone:										
Lote: 001 Nome: Lote 001		60,00	33.000,00	0,00	26,00	0,00	34,00			18.700,00
Item: 002	550,00	60,00	33.000,00	0,00	26,00	0,00	34,00			18.700,00
Produto: 14411 VIGA DE EUCALIPTO 12 METROS X 40X40 CM Unidade de medida: M										
Contrato: Sequência: 2471 - Contrato: 26/2024 Vigência até: 11/10/2025										
34,00 18.700,00										
Total do fornecedor:			33.000,00							18.700,00
TOTAL DA LICITAÇÃO:			72.375,00							27.362,50

Critério de seleção:

Imprimir a descrição completa dos itens



* estorno de req.compra sem estorno de empenho ou cancelamento de RP ou processo não finalizado (saldo não estornado)

Emitido por: JOANA LUCIANA SILVA DE ANDRADE, na versão: 5537 c

15/05/2025 09:50:05



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Para: Setor de Licitação

Recebo o requerimento da Secretaria Municipal de Habitação e Obras, referente ao Pedido de Aditivo de Reequilíbrio Econômico Financeiro do Contrato Administrativo n.º 025/2024.

Assim o presente deverá tramitar:

- 1) Assessoria Jurídica para a elaboração de parecer.
- 2) Após retorne ao Gabinete para manifestação.

Santa Maria do Oeste-Pr, 15 de Maio de 2025.

Atenciosamente

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal



PARECER JURÍDICO

"O parecer facultativo é um ato opinativo que não vincula a Administração Pública ou os seus administrados, podendo esses segui-lo para melhor fundamentar suas decisões ou ignorá-lo, pois, não estão vinculados a conclusão exarada pelo parecerista".

Trata o presente parecer da análise jurídica, quanto a **SOLICITAÇÃO E REQUERIMENTO**, apresentado pela Secretária Municipal de Habitação e Obras, Sr. Jorge M. dos Santos, em data de 15 de Maio de 2025, fls. 205, posteriormente as suas **RAZÕES** apresentadas, referente ao Processo Licitatório nº **007/2024**, Pregão Eletrônico nº **003/2024** e Contrato Administrativo nº **025/2024**, pelas referidas Empresas, em fase de procedimento para a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRANCHAS E VIGAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES NAS DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE-PR."**

Tal solicitação protocolada pela Secretaria, em data de 15 de Maio de 2025, conforme justificativas exaradas, e é realizada, considerando e buscando a prestação de serviços públicos, onde o desencadeamento de um novo procedimento somente dificultaria a continuidade dos serviços, e sendo que a empresa supracitada já tem contrato de contratação com a administração, e como em sua justificativa que possui saldo remanescente ainda. Tal solicitação foi deferida pelo Chefe do Executivo, em data de 15 de Maio de 2025.

É o breve relatório passa-se a análise e ao Parecer:

Compulsando os autos e sopesando a matéria desenhada, entende-se esta Assessoria Jurídica pelo conhecimento e provimento da presente Solicitação.

R



O art. 3º da Lei de Licitações preleciona que tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital e no Contrato.

De acordo com nossa doutrina Pátria, aqui representada por Hely Lopes Meirelles, todo contrato administrativo é passível de prorrogação, senão vejamos; ***“Toda e qualquer modalidade de contrato administrativo comporta prorrogação, atendidos os requisitos que acabamos de enunciar, a previsão de recursos orçamentários e as exigências peculiares de cada ajuste, expressos em suas cláusulas ou contidos no regulamento do serviço.”*** (MEIRELLES, Hely Lopes, Dir. Administrativo. Editora Malheiros. São Paulo 2002. Pág. 227.)

A teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputáveis, refletindo sobre a economia ou a execução do contrato, autorizam a sua revisão para ajustá-lo às circunstâncias supervenientes. É a aplicação da velha cláusula *rebus sic stantibus* aos contratos administrativos, a exemplo do que ocorre nos ajustes privados, a fim de que sua execução se realize sem a ruína do contratado, na superveniência de fatos não cogitados pelas partes, criando ônus excessivo para uma delas com vantagem desmedida para a outra.

Por sua vez o art. 124, da Lei 14.133/2021, assim dispõe: ***“Art. 124.- Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: II- por acordo entre as partes: letra “d”- para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.”***



Ficará aditivado conforme a **Cláusula 9ª (Nona)**, dos Contratos nº **025/2024**, de acordo com o art. 124, inciso II, letra "d", no Item 01 – PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20X5 CM, que perfaz o valor de **R\$ 31,50** (trinta e um reais e cinquenta centavos), passando para o valor de **R\$ 54,00** (cincoenta e quatro reais), PERMANECENDO OS DEMAIS ITENS INALTERADOS.

Portanto, considerando a identificação dos serviços objeto do presente contrato, que enquadra-se como de natureza contínua, e sua permanência vem de encontro à necessidade pública a ser satisfeita, plenamente justificado esta o presente aditivo, com base legal no art. 124, II, d, da lei 14.133/2021.

Assim, no desempenho da função de assessoramento deste órgão jurídico, cumpre-nos alertar à autoridade Administrativa sobre a importância da devida motivação de seus atos, na medida em que recairá sobre esta a responsabilidade acerca da oportunidade e conveniência na escolha do objeto e do seu planejamento quantitativo.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, restrita aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade jurídica do **2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 025/2024**, com a Empresa **MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI**, desde que observadas às recomendações delineadas no presente opinativo, com a publicação do extrato, no diário oficial do Município, visando o atendimento do princípio da publicidade, permitindo a todos o exercício democrático do controle e da fiscalização dos atos de gestão da *res pública*.

[Handwritten signature]



Salienta-se que o presente Parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe, a esta Assessoria, prestar assessoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativas.

À consideração superior.

S.M.J. É o Parecer.

Santa Maria do Oeste-Pr, 15 de maio de 2025.


ÉDER JOSÉ SEBRENSKI
Assessor Jurídico



DESPACHO

Considerando as informações e pareceres contidos no presente procedimento **AUTORIZO** o Quarto Termo Aditivo do Contrato Administrativo n.º 025/2024, com base no Art. 124, inciso II, letra “d”, da Lei 14.133/2021

Encaminhe-se ao Departamento de Licitação e Contratos.

Santa Maria do Oeste-Pr, 15 de Maio de 2025.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

2º TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR, inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI LTDA**, inscrita no C.N.P.J. n.º 34.143.074/001-07, Situada na Rodovia PR 456, KM 22, Zona Rural, Município de Santa Maria do Oeste- Pr, neste ato representado pelo Sra. Maria Edineia Almeida, inscrita no CPF: 059.076.909-09, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 124, inciso II, letra “d”, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 em seu Art. 124, inciso II, letra “d”, e considerando a alteração no preço da PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20X5 CM, fica alterado o preço do Item 01 – da PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20X5 C, conforme valores constantes no Contrato Administrativo n.º 025/2024, nos seguintes termos:

PARAGRAFO PRIMEIRO: De acordo com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 em seu Art. 124, inciso II, letra “d”, fica aditivado no Contrato Administrativo n.º 025/2024, no Item 01 – da PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20X5 CM, que perfaz o valor de R\$ 31,50 (trinta e um reais e cinquenta centavos) passando para o valor de R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 12 de Abril de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 15 de Maio de 2025.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI
LTDA

Testemunhas

Andreia Kaviak
RG: 13.498.652-2
CPF: 101.862.579-88

Fernando Lopes
RG: 7.605.179-8
CPF: 033.183.689-03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE



LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR, inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI LTDA**, inscrita no C.N.P.J. n.º 34.143.074/001-07, Situada na Rodovia PR 456, KM 22, Zona Rural, Município de Santa Maria do Oeste- Pr, neste ato representado pelo Sra. Maria Edineia Almeida, inscrita no CPF: 059.076.909-09, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 124, inciso II, letra “d”, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 em seu Art. 124, inciso II, letra “d”, e considerando a alteração no preço da PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20X5 CM, fica alterado o preço do Item 01 – da PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20X5 C, conforme valores constantes no Contrato Administrativo n.º 025/2024, nos seguintes termos:

PARAGRAFO PRIMEIRO: De acordo com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 em seu Art. 124, inciso II, letra “d”, fica aditivado no Contrato Administrativo n.º 025/2024, no Item 01 – da PRANCHA DE EUCALIPTO 4,5 METROS X 20X5 CM, que perfaz o valor de R\$ 31,50 (trinta e um reais e cinquenta centavos) passando para o valor de R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 12 de Abril de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 15 de Maio de 2025.

OSCAR DELGADO	
Prefeito Municipal	MADEIREIRA ALMEIDA E GELESKI LTDA

Testemunhas

Andreia Kaviak RG: 13.498.652-2 CPF: 101.862.579-88	Fernando Lopes RG: 7.605.179-8 CPF: 033.183.689-03
---	--

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador: 1609E4DE

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 27/05/2025. Edição 3284

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>